



consumo de fitas de glicemia, já que muitas das vezes, era solicitado pelo médico, por exemplo, a realização de 08 monitoramentos diários, por ocasião de mudança na medicação, e este acabava por manter este contingente de fitas de glicemia por tempo indeterminado, não havendo critérios e nem reavaliações posteriores da necessidade da manutenção do total de fitas solicitadas. Também esclarece que até 2014, o município recebia do Estado, as tiras mensalmente, junto com os medicamentos estratégicos. Que a contrapartida estadual ao componente básico é de R\$ 12.000,00 trimestralmente. Que ao final de cada ano, há um encontro de contas, onde há a possibilidade de executar o saldo em fitas de glicemia, do que não era executado em medicamentos. Que em 2015, com as mudanças nas regras estaduais, o município começou a arcar com as despesas das fitas. Que o recurso gasto com os medicamentos básicos foram divididos com a aquisição das fitas. Que o valor individual das fitas para o município é de R\$ 1,10 reais e para o Estado de R\$ 0,15 centavos reais, de acordo com a licitação vigente em 2014. Que em consenso com o gestor, optou-se em abrir mão do medicamento (contrapartida Estadual) em razão pelo custo ser infinitamente menor para a aquisição de fitas. Que optou-se por adquirir as fitas pelo Estado e comprar as medicações pelo pregão municipal. Que o levantamento do número de usuários que utilizam as fitas de glicemia no município é de aproximadamente 200 usuários ativos, com utilização de 194 caixas de fitas mensais. Que por este motivo trás esta demanda ao conselho para deliberar junto ao mesmo sobre a necessidade de normatizar a distribuição das fitas de glicemia no município, tempo por embasamento protocolos assistenciais, definindo a quantidade e o tempo de utilização da quantidade de fitas distribuídas. Após os devidos esclarecimentos os conselheiros optaram por deliberar a favor da normatização na distribuição das fitas de glicemia para os diabéticos, onde deverá ser especificando a quantidade de testes a serem realizados por dia, por tempo determinado, com a necessidade de reavaliação médica por médico credenciado ao SUS, não sendo válidos relatórios emitidos por prescritores da rede privada. Em casos onde a reavaliação não for realizada, a distribuição deverá ser suspensa até a apresentação de um novo relatório, o mesmo ocorrendo em casos em que o usuário ficar mais de 03 meses sem retirar as fitas sem justificativa médica por escrito. Que antes de iniciar estas regras foi consenso geral dos conselheiros que sejam convocados todos os interessados (usuários das fitas, atualmente cadastrados), para uma reunião de orientação das alterações que deverão iniciar em setembro de 2015. Posteriormente a Sra. Priscila, esclarece sobre a suspensão da distribuição de medicamentos na Zona Rural. Que anteriormente a ESF da Zona Rural fazia a distribuição dos medicamentos durante seus atendimentos e a mesma fazia uma previsão mensal de sua demanda. Que em 2014, ocorreu uma orientação da SES, onde todos os usuários que utilizavam medicamentos para hipertensão, diabetes, hanseníase, tuberculose e para o tabagismo que respondessem a um questionário no SIGAF, em virtude da necessidade de cumprimento de metas. Diante deste, foram traçadas duas alternativas, sendo a primeira que a ESF preenchesse este questionário durante os atendimentos na Zona Rural e entregasse diariamente na Farmácia para a digitação. Porém esta alternativa foi descartada pelo contingente mínimo de

